

# Bernadete Gatti

*Profa. Dra. da Pontifícia Universidade Católica*

*(Transcrição da apresentação gravada durante o seminário)*

Gostaria de começar agradecendo o convite para participar deste Fórum, e de ressaltar que pretendo fazer algumas observações pontuais, mas que considero importantes, e espero, dessa forma, cooperar com a discussão que vocês fizeram nos seus sindicatos, nas suas associações.

Um fórum dessa natureza, como todos colocaram, é realmente muito importante na construção de uma democracia. Nós deveríamos, na verdade, ter muitos fóruns, muitos eixos de possibilidades de participação. Não só com representantes, mas fóruns espalhados pelo Estado inteiro, para iniciar esse processo de mudança da nossa cultura, em relação a dar idéias ou sintonizar com elas de maneira mais direta e, também, mais participativa.

A idéia deste Fórum é muito boa. Eu, que estive desde a primeira hora nas discussões sobre a progressão continuada, vejo-o com muito gosto. A participação hoje, aqui, das quatro entidades, reflete o desejo que nós tivemos de tentar organizar debates sobre vários assuntos, unindo forças, tratando a educação como alguma coisa que está acima de idiosincrasias pessoais e de interesses partidários localizados. A organização do Fórum e a participação das entidades sinaliza isso. Espero que este encontro tenha continuidade.

Vou começar observando o seguinte: quando li os textos introdutórios à discussão do tema, produzidos pelas associações/sindicatos convidados, tive a impressão de haver encontrado muita ambigüidade. Porque, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento de que a idéia da progressão continuada é válida, de que ela tem sentido pedagógico, e, mais ainda quando nós pensamos nessas populações de alunos que estão aí desejosos, sim, de aprender, há também objeções a ela refletindo algumas incongruências. Não sou do tipo que acha que nenhum aluno está motivado, que

todos estão desmotivados. Não. Acredito que os alunos vão para a escola com muita motivação. Talvez, dentro da escola, eles percam um pouco dessa motivação. Mas eles vão para a escola com muita motivação e estão sintonizados. Até onde eu posso aquilatar, e um pouco do acompanhamento das pesquisas que oriento indica isso, essa criança, esse jovem estão sintonizados com o seu mundo. E essa sintonia mostra que eles valorizam, sim, o aprendizado escolar.

Então, senti um certo descompasso entre a valorização e a discussão da proposta. Porque não é fácil, numa questão tão complexa, que envolve uma mudança de cultura de base e de atitude, fazer as coisas acontecerem da noite para o dia. Uma mudança de cultura, todos nós sabemos, é um processo histórico e leva duas, três, quatro gerações. E a nossa paciência histórica, às vezes, é muito curta.

Mas, fiquei bastante satisfeita ao ver que a idéia da progressão continuada é reconhecida como um valor intrínseco, e isso é o primeiro passo para que, aos poucos, ela se torne concreta nas nossas escolas.

Há alguns pontos em que os documentos estão de acordo, também, além desse valor conceitual. Um deles é o que aponta para problemas na formação dos professores especialistas que, talvez, merecesse ser melhor discutido. Os documentos levantaram alguns problemas quanto à formação dos professores, tanto na formação básica quanto na continuada. Lembramos que, quando se fala na formação de professor, está se falando na formação de todos os que estão envolvidos na escola. De todos, porque os diretores, os coordenadores pedagógicos, os supervisores, dirigentes de ensino, vêm dessa formação, seja da Pedagogia, seja das licenciaturas, da formação do Magistério, e é aí que existe um problema, aí se encontram algumas dificuldades que as pesquisas educacionais têm bem apontado. Portanto, há necessidade, sim, de se repensar programas de educação continuada, tal como já foi discutido aqui. É necessário, então, considerar com atenção e em bases inovadoras, a formação permanente de quem está na escola.

Outra questão a considerar é o tempo histórico para se instalar uma nova cultura – a progressão continuada exige uma nova postura pedagógica. Uma mudança dessa natureza depende, sim, de quem está no cotidiano escolar. Não só, mas depende muito. Porque o diretor vai para a escola e lá ele tem a sua jornada, assim como o professor, que desenvolve o seu trabalho na escola e está diante de um fato, tem que ensinar. O diretor tem que fazer a escola funcionar e aquele cotidiano está nas suas mãos, sob o seu olhar.

Minha avaliação é que houve um esforço por parte da Secretaria da Educação de colocar alguns quesitos nas escolas: como suprimentos didáticos e como formação docente e de gestão. Mas, é preciso fazer um esforço maior, como eu tenho dito desde a primeira hora, em que o documento de progressão continuada saiu do Conselho Estadual de Educação. Não há possibilidade de que essa idéia, com o valor que ela tem, e com a necessidade que ela demanda, de uma nova filosofia de trabalho na educação fundamental, seja realmente implementada sem que se mexa

com esse modelo, com a noção do que é uma escola e de como fazê-la funcionar. É a unidade escolar que tem que ser repensada. Acho que isso perpassa também pelos documentos, repensar a unidade escolar, suas atividades cotidianas. A forma como o professor, o coordenador se engajam com essa escola tem que ser repensada. A forma regimental de como ela funciona tem que ser repensada. Não com alterações que possam mudar grandes estruturas, mas partir da idéia de uma escola que deve funcionar a partir de uma unidade e de uma equipe. E procurar a melhor maneira de fazer isso: as necessidades que se têm em termos de legislação; de concurso público; de carreira de professor; de autonomia financeira; de autonomia administrativa. O que é preciso fazer pela escola para que ela possa, de fato, se engajar num processo educacional diferenciado como a progressão continuada realmente exige.

Pensar a educação a partir da unidade escolar como uma unidade sociológica, que tem uma função social a cumprir, é extremamente importante. Ela congrega as crianças e, por seu intermédio, a família; ela congrega os docentes que vão ali trabalhar; os especialistas; o diretor. E é nela que as políticas públicas se concretizam, da maneira como historicamente isso é possível, porque é no fazer cotidiano que nós estamos agindo, podendo transformar as coisas.

Então, é preciso dar à unidade escolar uma ação mais efetiva, não só um novo formato; mas também de posicionamento e presença, uma nova maneira de estar em si e na sociedade, e poder dar um novo salto na educação dessas crianças e desses jovens. Esse é um ponto em que eu faço fé que algum dia possa ser, efetivamente, implementado. Uma ação mais direta nas escolas, seja com interlocutores qualificados, seja por pares da própria rede pública, que poderão fazer projetos e propostas e levar a uma redefinição das ações básicas em termos de legislação, para garantir que a escola funcione como uma unidade, na qual uma mesma equipe possa atuar por um determinado tempo. Porque a escola funciona em um processo de esfacelamento, criado por um sistema de gestão que é uma colcha de retalhos de direitos adquiridos e normatizações superpostas, convivendo com os concursos de remoção, concursos de ingresso, no meio do ano letivo, quer dizer, nós ficamos atendendo a tantos interesses – não que eles não sejam legítimos – mas que levam a muitas distorções. Ou, nós temos os professores substitutos, que são muitos e que ficam um tempo numa escola, depois vão para outra escola... Por exemplo, o diretor fica seis meses numa escola, depois quer se remover para outra. Ele está no direito dele. O professor fica um tempo na escola, depois também quer a remoção. Como podemos, assim, falar em equipe escolar?

Então, se nós discutíssemos a questão do funcionamento de uma unidade escolar, como é desejado pela sociedade, talvez pudéssemos remontar e ver quais são as condições básicas necessárias para garantir que essa unidade escolar funcione com relativa autonomia, com flexibilidade. Se não, nós vamos ficar sempre na dependência de normatizações mais centralizadas, e que impedem o uso do tempo escolar de uma forma diferente. Por que não usar o tempo escolar de uma forma diferente? Por que tem que ser “horinha” de cinqüenta minutos

com intervalo de dez minutos? Por que não reestruturar em blocos de aprendizagens? Por que não refazer isso de uma outra maneira? Portanto, é preciso verificar quais são os impeditivos legais que precisam ser transpostos para permitir isso. Ou normativos. E dar à escola a condição de se auto-organizar.

Nesse sentido é que eu deixo aqui minha opinião de que o sucesso da progressão continuada está, sim, numa escola que funcione de maneira totalmente diferente dessa que vem funcionando. Os regimentos têm que ser flexíveis. E eles têm que ser muito diferenciados, de escola para escola, conforme a condição em que ela se encontra, atendendo a uma proposta de trabalho efetivo que a escola venha a fazer.

Então, todo mundo fala: “Ah, é preciso muita preparação para isso.” A preparação vem com a prática. Alguém falou sobre isso aqui, e muito bem falado, citando Paulo Freire, pela manhã. Que é pela prática que nós conseguimos aprender. É fazendo que nós podemos aprender e podemos refazer. Nesse sentido, se poderia iniciar uma nova forma de lidar com essa estrutura da escola, se não eu não creio que a progressão continuada tenha, realmente, um futuro muito brilhante.

Agora, eu vou colocar a minha cabeça para bater. Já que é para debater, chegou o momento em que nós devemos parar de discutir pelo “achômetro”: “Acho isso”, “penso aquilo”, “o vizinho me disse”, “a minha colega”, “não sei o quê”... Seria muito importante que desenvolvêssemos estudos mais alentados sobre o que realmente está acontecendo nas escolas, em relação à progressão continuada. Porque até aqui nós temos palpites de jornalistas, palpites de um professor que está assoberbado e, evidentemente, ele tem as suas razões. Ou de alguns diretores sobrecarregados na sua prática cotidiana, mas nós não temos um estudo do que está acontecendo com a massa de estudantes. O que está acontecendo, realmente, nas escolas, nas formas de gestão que elas foram encontrando para o exercício dessa idéia de progressão continuada.

Não tenho encontrado, e tenho procurado (é a minha área de trabalho), estudos sólidos sobre isso. Eu encontro três, quatro estudos de casos muito específicos, de escolas muito particularizadas, que às vezes não são típicos da rede pelo que a gente já conhece dela. Às vezes, são até exceção, trazendo uma problemática traumática. E os estudos de caso trazem uma dificuldade muito grande para a construção de generalizações. Eles servem como sinalizadores ou como apontadores de uma tendência que precisa ser verificada em mais amplo escopo. O que nós precisamos é estudar melhor, com maior consistência, as questões candentes da educação, por exemplo a progressão continuada.

Assim, não creio que os alunos simplesmente não estejam aprendendo nada. Não posso crer. Quando vejo os resultados de um SAEB, por exemplo, que é uma avaliação nacional, independente, e com uma metodologia que não implica que a criança tenha decorado isso ou aquilo, o desempenho dela é bom para uma situação de prova para a qual ela não se preparou. Ela não teve o programa na mão, mas vai lá e responde. Não dá para esperar que responda cem por cento, porque é uma prova para a qual ela não se preparou. E o desempenho dos alunos é

bem razoável. E eu diria que em alguns casos é bom. Então, não dá para acreditar que essas crianças não estejam aprendendo nada. A não ser que eu queira ofender profundamente os professores que estão em sala de aula. E ofender profundamente os diretores.

No ano 2000 houve reportagens a respeito de uma criança que não sabia escrever na oitava série, e o jornalista atribuiu isso à progressão continuada, e me telefonou para conversar. Então, eu disse: “Olha, eu não vou conversar nestes termos porque a progressão continuada começou em 98, e esse aluno está na oitava série. Se ele chegou lá sem saber ler e escrever, ele não é fruto da progressão continuada. Basta parar para pensar.” Acho que a imprensa faz um estardalhaço em cima de uma casuística, quer dizer, eles vão atrás daquela coisa mais desgraçada, às vezes até alguns poucos casos ante a massa de alunos, e não procuram, por exemplo, conhecer a média do que está acontecendo na rede. É o jornalismo do escândalo e não da reflexão.

Eu não estou querendo defender essa ou aquela política. Eu falaria isto tanto das crianças do Estado, como das crianças do Município, como do município de Porto Alegre, de Belo Horizonte, de Cuiabá, porque os professores estão lá, sim, no seu cotidiano, trabalhando. Alguma coisa está se passando. Então, eu vejo que há uma distorção das mídias e até de autoridades e representantes mal informados, na discussão mais ampliada que se tem feito dessa questão da progressão continuada. Percebo que alguns estudos mais densos poderiam melhorar um pouco a nossa perspectiva e levar-nos a adensar mais as nossas propostas na direção, inclusive, dessas que estão aqui sendo colocadas e que são muito interessantes.

Há outra colocação que queria fazer. Quando dizemos que a escola está fazendo promoção automática, nós estamos ofendendo os professores sim, enquanto profissionais do ensino. Porque são eles que estão lá, no cotidiano da escola, acompanhando esses alunos, e eu não posso crer que esses professores, ao fazerem as suas provas bimensais, ao darem os seus trabalhos, não estejam acompanhando, atentos, as suas crianças. Se estão atentos e acompanhando as suas crianças, alguma coisa elas estão aprendendo. Então, eles acompanham o progresso dessas crianças. No entanto, nós jogamos essas frases de efeito sobre as cabeças dos professores. São *slogans*. Usa-se a mídia, com diferentes interesses e valores, e o professor, na sua condição cotidiana, diria até, na sua alienação cotidiana, talvez não tenha tomado consciência da pecha que lhe é atribuída – e aos diretores – pois os processos avaliativos não foram abolidos, nem os processos de recuperação, etc., e, se há promoção automática, é ele que a faz na escola, o que significaria dizer que ele não está trabalhando com essa criança os duzentos dias letivos, porque, se é para promover automaticamente, é automático. Se é automático, é alguma coisa que vai de per si. Não há trabalho, não há esforço. Não se está fazendo nada. É uma maneira de depreciar o magistério, a escola pública.

Então, precisamos ver bem que termos nós estamos empregando, o que estamos afirmando, como é que nós vamos discutir essa questão – a da progressão. Nesse sentido, temos que rever essa terminologia quando dizemos: “Ah, os professores, as escolas estão fazendo progressão

automática”, querendo culpar, evidentemente, o gestor político maior. Mas, qual é o efeito que resulta dessas mensagens nas famílias, nas pessoas? A de que é o professor que está fazendo isso. Eu tenho, em dez escolas, estudos de caso sobre esse aspecto. Não vou generalizar. Mas os pais estão questionando o que esse professor está fazendo com os filhos deles, promovendo-os “automaticamente”, pelo que eles escutam nas rádios. Então, nós temos que pensar bem as palavras que empregamos, e conceituá-las um pouquinho melhor, ver se o nosso objetivo político é de valorizar o magistério, pois nós não podemos trabalhar no sentido de sua depreciação.

A escola particular sempre fez promoção automática, no meu entender. Por quê? Ela não quer perder a clientela. Então, tem uma parte em que eles parecem duros, mas vocês já viram, tirando uma grande escola tipo Bandeirantes, ou Santa Cruz, expulsar aluno? Não. Quanto mais o aluno ficar, para ela é melhor. É muito relativa essa coisa da progressão automática. Nós precisamos discutir um pouquinho quando, onde e como está havendo uma progressão automática. É preciso qualificar. Porque, senão, nós acabamos obtendo o efeito contrário.

Outra questão que a gente discute muito são as políticas de cima para baixo. “Ah, vem de cima para baixo”. Eu vivi isso na época da ditadura. Não sei quantos aqui são dessa geração, em que nós fazíamos e não podíamos discutir, não podíamos reunir três pessoas, quatro pessoas, certo? Não dava. Foi a época em que se cunhou a palavra “pacote”. Então, nós recebíamos os pacotes e tínhamos, sim, que executá-los. Mas, numa democracia! A questão de estar em cima, estar em baixo, ela é tão relativa... Muito relativa. Hoje, um determinado governo se constitui com seu partido e seus aliados, está em cima? Não sei. Às vezes, os que estão em baixo têm tanto poder e esperneiam tanto, que quem está em cima não está em cima, está em baixo. Acho que esse também é um *slogan* que nós temos usado durante muito tempo, ele tem o seu sentido, mas precisa, também, ser melhor qualificado.

Às vezes, eu vejo que Secretarias de Educação, sejam de Estados ou Municípios, se tornam, digamos, impotentes diante do cotidiano escolar. Vou dar o exemplo de Belo Horizonte, quando fez a Escola Plural. Levou anos para que os professores entendessem a Escola Plural, e, até hoje, eles estão debatendo e não conseguem implantar completamente essa Escola Plural, sua filosofia pedagógica. E, houve aí um esforço de gestão imenso.

É preciso considerar que o cotidiano escolar é reativo e “se defende” nos limites de concepções arraigadas. Mas, há também nesse cotidiano alguma coisa que eu chamo de bom senso, que leva a ponderações. E, os professores têm um poder, também, no seus atos cotidianos, em sala de aula, que, de certo modo, pode tornar-se uma força maior do que a de quem está dominando, por exemplo, a administração pública da educação. Essa tensão é o que traduz a realidade do sistema, que se manifesta cheio de contradições.

Nós precisamos, então, discutir, também, essas questões de “em cima e em baixo”, o quanto de partidarismo tem nisso. Quando vem de cima, de alguém em campo oposto, eu já sou contra a *priori*. Eu estou na universidade e isso, lá entre nós, é terrível. Por exemplo: as pessoas não

tinham lido a LDB e eram contra, porque ela tinha sido aprovada e tinha sido feita pelo Darci Ribeiro contra a proposta do deputado Otávio Elísio. Mas, não leram. Então, essa atitude de ser contra por ser contra, nós precisamos superar.

As nossas posições têm que ser ampliadas. Acho que o papel e a força das associações, dos sindicatos é de uma outra qualidade; diferente daquelas dos partidos políticos, diferente daquelas do governo instituído democraticamente. Ela se constituiu num terceiro poder e precisa exercê-lo de maneira mais independente.

Em Educação, precisamos nos apegar muito mais ao sentido público do que é fazer educação, do que ao sentido particularizado, vinculado a um desejo, a uma idiossincrasia ou a uma política específica. Acho que este Fórum é um passo para isso. Eu não podia deixar de dizer essas palavras, as quais espero debater com vocês, aqui, publicamente. Muito obrigada.